UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei | Minas Gerais | BRASIL

VI CONGRESSO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DA UFSJ

2007

UFSJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SÃO JOÃO DEL-REI

VI SEMEX
SEMANA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

XV SIC
SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XX SEDIP
SEMANA DE ESTUDOS E DIVULGAÇÃO DE PESQUISA

Realização

UFSJ 22 anos — Ministério da Cultura BRASIL UM PAÍS DE TODOS

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

Apoio

FAPEMIG
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

FAUF
Fundação de Apoio à Universidade Federal de São João del-Rei

RELAÇÕES DE COMPADRIO E REDES SOCIAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Fabiana de Arruda ((PIBIC/FAPEMIG)
Ivan de Andrade Vellasco (Orientador – Decis/UFSJ)

1. Introdução

A pesquisa buscou mapear e repensar as redes clientelistas, investigando o modo como se construíam e como atuavam nas relações privadas e no espaço público. Para tanto, enfocou as relações de compadrio e redes de clientela na primeira metade do século XIX em São João del Rei. Este trabalho surgiu como um projeto de iniciação científica PIBIC/FAPEMIG, orientado pelo professor Ivan de A. Vellasco, como parte do projeto mais amplo por ele coordenado, denominado "*Clientelismo e Estado nos Oitocentos: uma investigação sobre as redes clientelistas e sua atuação no espaço público*" com financiamento do CNPq.

Nos casos analisados, as relações de apadrinhamento e redes de clientela pesquisadas se constituíam a partir de alianças de poder prioritariamente intre-elite, ou seja, indivíduos pertencentes à elite sócio-econômica dando seus filhos para serem apadrinhados por pessoas pertencentes ao mesmo grupo social. A pesquisa concentrou-se no mapeamento dessas redes sociais, formadas por indivíduos que compunham a elite sãojoanense e nas quais baseavam suas relações de poder e estabeleciam troca de favores.

2. Objetivos

O objetivo da pesquisa foi a reconstrução das redes de alianças de membros das elites locais. Para tanto, procedeu-se a análise de indivíduos que despontavam nos dados disponíveis como "campeões" de apadrinhamento e eram, inequivocamente, representantes dessas elites.

Brügger[1] analisou os padrinhos que possuíam maior número de afilhados e dentre eles estavam, entre outros, Luís Alves Magalhães, Francisco de Paula Almeida Magalhães e Martiniano Severo Barros, indivíduos importantes na sociedade de São João del Rei. Todos os três fizeram parte da elite local, ocupando cargos relevantes, com prestígio social, assim como poder econômico. Apadrinharam inúmeras crianças na primeira metade dos Oitocentos e estes apadrinhamentos foram objetos primordiais para esta pesquisa. O que se observou nos estudos de casos foram o número de afilhados, os pais das crianças batizadas, suas profissões, os tipos de relações envolvendo pais e padrinhos. E, a partir daí, com o objetivo de entender a lógica em prática, as alianças etc., pudemos mapear as relações baseadas no compadrio, as redes clientelistas formadas ou em manutenção, e o poder entre as elites.

Como a pesquisa teve por base a análise das relações de apadrinhamento intre-elite, foi necessário definir quais seriam os padrinhos a serem analisados, verificando o número de batismos no qual estiveram envolvidos, as posições sociais e econômicas nas quais se enquadravam, para a partir daí verificar quem eram os outros integrantes, suas redes de sociabilidade e poder. Assim, poder-se-ia fazer um mapeamento de toda a teia de relações advindas destas relações de compadrio e suas respectivas famílias.

Diante disso, a seleção de dados se deu, inicialmente, a partir dos maiores padrinhos – em termos quantitativos. Buscava-se aqueles que possuíam grande número de afilhados, uma vez que isto poderia ser um indicativo de relevância social. Um indivíduo que possuísse um grande número de afilhados estaria diretamente ligado a uma grande rede de alianças. Contudo, para além de fazer parte de uma ampla rede de alianças, era necessário que os indivíduos a serem analisados tivessem algum poderio social e econômico, pois este trabalho visava especificamente o mapeamento das redes de clientela composto pela elite. O fato de determinados padrinhos possuírem muitos afilhados poderia ser até um indicativo de que tivessem algum prestígio social e/ou econômico, mas era de extrema importância que se analisasse também as condições das crianças batizadas, assim como a de seus pais, para saber qual o tipo de aliança se formava com os apadrinhamentos.

Era necessária, a partir deste momento, a escolha de indivíduos que se adequassem aos objetivos. A pesquisa passou a concentrar-se em Luís Alves

[1] Op. cit.

Magalhães, que apadrinhou 87 crianças, nas quais somente 08 eram filhas de cativos e sete de forras.

Luís Alves Magalhães ocupou os cargos de Procurador da Câmara, Alferes, Tenente e Capitão. Foi um dos sócios fundadores da seção de São João del Rei da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, em outubro de 1831, tendo sido esta uma das principais organizações políticas dos liberais "moderados" no período Regencial. A Sociedade defendia a independência nacional em contraposição aos que julgavam ser adeptos do "Regresso". Para integrá-la era necessário aderir à causa da independência, assim como possuir os critérios morais por ela definidos. O quesito econômico também era importante e todos estes pré-requisitos faziam com que houvesse uma seleção social dos seus membros. Apenas os "homens bons" da Vila ingressavam-na.

Para além de seus importantes cargos, Luís Alves pertencia a uma família de relevância na sociedade sãojoanense, sendo neto do grande proprietário escravista Bento Pinto Magalhães e de Dona Maria do Rosário Acioli Albuquerque. Esta família possuía grande importância na política da região. Inclusive Francisco de Paula Almeida Magalhães, analisado mais à frente, também fazia parte desta família, sendo primo de Luís Alves Magalhães.

Afonso Graça Filho, assim como Brügger, ressalta a importância desta família na região de São João del Rei. O autor menciona indivíduos de grande destaque social, como Francisco de Paula Almeida Magalhães, o de seu pai, o também comerciante Capitão Pedro de Alcântara Almeida e de seu filho, Custódio de Almeida Magalhães. Este último foi um negociante matriculado no Tribunal do Comércio do Rio de Janeiro e, posteriormente, o mais destacado capitalista local.

Francisco de Paula Almeida Magalhães, falecido em 1849, apadrinhou 41 crianças, sendo apenas uma delas filha de escrava e quatro de libertas. Além de Alferes e Comendador, era considerado um grande atacadista, tendo um comércio bastante variado. Em seu inventário é possível verificar a posse de variados objetos de armarinho, como chapéus, tecidos, louças, talheres, ferramentas, materiais para ferreiros, além de bebidas importadas do Reino. Possuía também muitos imóveis e terras, assim como 27 escravos[2]. Graça Filho salienta o fato de ser um reduzido número

[2] Arquivo do Museu Regional de São João del Rei, Cx. 147, ano 1834.

de escravos para quem possuía tantos imóveis e terras, mas há de se atentar para o fato de ser considerado um número acima da média para os padrões mineiros.

Um aspecto interessante encontrado no inventário dele se refere às dívidas, tanto ativas, quanto passivas, o que demonstra ser um homem de relevância no ramo dos negócios. Segundo o autor, "a presença de grandes valores em dívida ativa fora freqüente nos inventários dos maiores negociantes sanjoanense até fins do Império, podendo ser vista como uma evidência da restrição crônica de numerário em Minas." [3].

Após a análise das relações destes dois casos anteriores, passamos à reconstituir a rede de Martiniano Severo de Barros, Coronel e Comendador que apadrinhou 48 crianças. Foi vereador e presidente da Câmara de São João del Rei, além de já ter ocupado o cargo de juiz de fora. Exerceu também, ao longo de sua vida, o juizado de Paz em São João.

Assim como os dois primos da família Magalhães, Luís Alves e Francisco de Paula, Martiniano Severo de Barros também fez parte da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, tendo neste fato mais um indicativo de sua relevância na sociedade sãojoanense.

Enfim, para tal pesquisa foram analisadas as redes de sociabilidade e poder de Luís Alves Magalhães, de seu primo Francisco de Paula Almeida Magalhães e de Martiniano Severo Barros, três grandes padrinhos da sociedade de São João del Rei.

3. Revisão Bibliográfica

Clientelismo, família e redes clientelares: uma discussão conceitual

Antes de se iniciar um debate acerca das relações de compadrio e redes de clientela na primeira metade dos Oitocentos é relevante que se aponte algumas questões referentes ao quadro conceitual, em função da imprecisão e inconsistência no uso de conceitos como clientelismo, coronelismo e mandonismo.

Primeiramente, tem-se o conceito de coronelismo, que segundo José Murilo de Carvalho[4], baseado na clássica obra de Victor Nunes Leal, "*Coronelismo, Enxada e Voto*", refere-se a um sistema político operante em âmbito nacional, uma rede de relações bastante complexa, alicerçada em barganhas entre o governo e os chefes

[3] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *"A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888).* São Paulo: Annablume: 2002 p.72.
[4] CARVALHO, José Murilo de. "*Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitua"* In Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.2, 1997.

políticos locais, os "coronéis", a partir de compromissos recíprocos. Para tal, verifica-se um fato político - o federalismo implantado pela República em substituição ao centralismo imperial, criando assim a figura do governador de Estado, com amplos poderes políticos – e uma conjuntura econômica – a decadência econômica dos fazendeiros, acarretando um enfraquecimento do poder político dos coronéis.

Neste jogo de relações de poder, baseado em trocas de favores e benefícios, o Estado garantia aos coronéis o controle dos cargos públicos (do delegado à professora primária), além de auxílio financeiro e, em troca, os chefes locais garantiam ao poder central o apoio necessário para vencer as eleições, a partir do controle do "voto de cabresto". Tudo isso só se tornou possível, ainda segundo Victor Nunes Leal, devido a uma magistratura decadente e ineficaz. É importante salientar a formação e manutenção das redes de clientela neste jogo político.

Diferentemente do conceito de coronelismo, apesar de muitas vezes aparecerem como sinônimos, o de mandonismo não se refere a um sistema, mas sim a uma característica da política tradicional. Para Carvalho, este conceito se refere à existência de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder local, nas quais

> O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. [5]

José Murilo de Carvalho chama a atenção também para o fato de o conceito de clientelismo ser bastante confundido com o de coronelismo. Porém, para o autor, apesar de gerarem confusão, o clientelismo se apresenta como um fenômeno bem mais amplo do que o coronelismo, com as relações entre atores políticos envolvendo concessões de benefícios públicos - empregos, benefícios fiscais, isenções – em troca de apoio político, principalmente na forma de voto, elementos que por vezes se encontram nas relações entre coronéis, governador do estado e presidente. E para o autor, o clientelismo se faz presente por um período muito além do coronelismo, perpassando toda a história política do país.

[5] CARVALHO, José Murilo de. "*Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitua"* In Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n.2, 1997, p.02.

Após apontar estas questões conceituais, tentar-se-á reconstituir o debate historiográfico naquilo que diz respeito ao estudo das redes de sociabilidade no Brasil oitocentista, mais especificamente em relação às redes baseadas nas alianças sociais construídas a partir dos laços de parentesco e aliança.

A historiografia brasileira tem acentuado a predominância de um tipo de família patriarcal, prioritariamente de ordem doméstica, patrimonial e ruralista, acarretando a indistinção, por parte dos ocupantes das posições públicas, entre o "público" e o "privado", sendo a própria gestão política conduzida como assunto de interesse particular. Ou seja, tinha-se no Brasil a predominância de um ruralismo, tipicamente latifundiário, regido pela ordem familiar, formada pelos laços entre parentes consangüíneos, vínculos de agregados e alianças rituais forjadas pelo compadrio e casamentos. A ordem a ser seguida era muito mais ditada pela família à qual se pertencia, do que por leis que estabelecessem regras definindo deveres e direitos iguais. As pessoas eram reconhecidas pelos laços de parentesco ou aliança que as incluíam numa determinada rede social. Neste sentido, pertencer ao círculo familiar de um patriarca com poderes econômicos e prestígio social tornava-se importante para o indivíduo, pois lhe garantiria benefícios e proteção.

Gilberto Freyre, em sua obra Casa-Grande & Senzala, descreve o mundo do senhor do engenho. Para o autor, a casa-grande, acrescida da senzala, representava todo um sistema econômico, social e político, baseado no latifúndio monocultor, no trabalho escravo, regido pelo catolicismo familiar - o padre subordinado ao patriarca da família - e pelo patriarcalismo polígamo. Além disso, Freyre afirmava a existência e influência das relações de compadrio na sociedade brasileira. O autor ressalta uma minoria de brancos que, do alto das casas-grandes dominava, com seus verdadeiros patriarcas, não só os escravos das senzalas, mas também os lavradores e os agregados. Nas suas palavras, "A força se concentrou nas mãos dos senhores rurais. Donos de terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal".[6]

Oliveira Viana também acentuou em sua obra que a sociedade brasileira fora marcada por um ruralismo preponderante, com senhores rurais concentrando grandes extensões de terra. Estes latifúndios eram caracterizados por sua independência e autonomia, inibindo o desenvolvimento do comércio, da indústria e dos núcleos urbanos no interior. Os "clãs", como o próprio autor assim denomina, concentravam em torno de

[6] FREYRE, Gilberto. "*Casa-grande e Senzala"* 46ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2002, p.50.

si, e de sua autonomia, grande parte da população dos campos, desfavorecida economicamente, que buscava proteção. Dessa maneira, observa-se uma resistência quanto ao funcionamento, de fato, do aparelho do Estado, além da falta de consciência, por parte da população, quanto à unidade nacional[7].

Ao discutir a família brasileira, Elizabeth Anne Kuznesof afirma ter sido ela a unidade básica da colonização, da fundação de cidades, assim como da organização das milícias. Apesar de suas análises enfocarem São Paulo, alguns elementos servem como base para outras regiões do país. Para a autora, a família ocupava uma posição dominante como instituição social e econômica no Brasil. Nela, o chefe de família, líder do clã, administrava, protegia e disciplinava os que habitavam o seu domicílio, inclusive os agregados e escravos. Todos deviam-lhe respeito. O interessante é que, segundo a autora, estas redes se baseavam no parentesco e nas lealdades pessoais, principalmente no período colonial. Segundo Kuznesof, havia dificuldade por parte da Coroa em diminuir a autoridade privada dos líderes dos clãs. E ainda que o Brasil tenha se modernizado, ela afirma a permanência das relações pessoais e a tendência à personalização do mundo social[8].

Na obra de Sérgio Buarque de Holanda ressalta-se também a forte influência patriarcal na formação social brasileira. O autor afirma a presença ibérica marcando o processo de colonização a que fomos submetidos, cuja ocupação teria sido realizada pelo tipo "aventureiro", não apresentando limites em sua capacidade de exploração. Assim, não teria se verificado, segundo Buarque de Holanda, nem projeto, nem dedicação permanente, mas sim a busca de riqueza fácil, com caráter de exploração comercial[9].

A mentalidade aqui preponderante, segundo o autor, é a de um extremado da "cultura da personalidade", em que os cidadãos são vistos como "pessoas" e não como indivíduos. Não se verifica imparcialidade nas relações entre os cidadãos. Antes de direitos e deveres sociais equivalentes, prevaleciam privilégios e concessões para os amigos e parentes. Isso proporcionava lutas e competições por acréscimo de prestígio social. Nesse contexto, estar inserido em redes de alianças e auto-proteção seria de grande valia e asseguraria determinados privilégios e prestígio. Sérgio Buarque de

[7] OLIVEIRA VIANA. *"Populações meridionais do Brasil". In* SANTIAGO, Silviano. *"Intérpretes do Brasil";* 2ª ed., Rio de Janeiro, 2002.
[8] KUZNESOF, Elizabeth A. "*A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)*". In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 17:37-64, set.88/fev.89.
[9] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *"Raízes do Brasil"*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

Holanda define o brasileiro como sendo o "homem cordial", generoso, hospitaleiro, oriundo da influência ancestral dos padrões de convívio humano do meio rural e patriarcal.[10]

Este Brasil rural, patriarcal, marcado pelo familismo e pela pessoalidade teria obstaculizado o processo real de construção de um estado baseado na ordem burocrática e legal, em que prevaleceria a especialização das funções e o esforço para se assegurarem garantias jurídicas aos cidadãos, no âmbito de uma ordenação impessoal. Nesta concepção, os sujeitos se apresentariam como "indivíduos", sem qualquer privilégio de posição ou status, cujos direitos, independente de serem "um velho conhecido", ou "filho de alguém influente", seriam definidos pela inserção na cidadania. No mundo patriarcal, ao contrário, os sujeitos são vistos como "pessoas", mantendo relações uns com os outros de maneira muito mais subjetiva, baseadas num jogo de influências. Por isso a constância em acordos e alianças, fundamentais para a manutenção de seus objetivos. Nele, organiza-se um sistema de reciprocidades, no qual as vantagens políticas (os favores e cargos) são mutuamente dependentes. Os cargos são "dados" aos "amigos", os auxílios financeiros direcionados de acordo com as vantagens a serem obtidas.

Diante do que foi esboçado, não poder-se-ia deixar de analisar o posicionamento de Mariza Corrêa, que questiona alguns pontos nesse debate. A autora não nega a existência da "família patriarcal", do seu caráter organizacional do tipo familiar e doméstico nas grandes unidades agrárias de produção (engenhos de açúcar, fazendas de café), muito menos nega sua importância para a formação da sociedade brasileira. Contudo, chama atenção para o fato de ela não ter existido sozinha, não ser o único modelo familiar no Brasil. Para ela, o processo teria sido um tanto quanto mais complexo do que normalmente é apresentado na historiografia tradicional, havendo a necessidade de se atentar para a amplitude do tempo em questão e para a restrição dos espaços sociais enfocados – espaços estes que muitas vezes se reduziam apenas aos latifúndios de açúcar e café. Marisa Corrêa enfatiza a necessidade de se levar em conta a diversidade regional e a existência de diferentes arranjos sociais não redutíveis ao esquema patriarcal tradicional. Desta maneira, as redes de aliança e relações de poder

[10] HOLANDA, Sérgio Buarque de. "*Raízes do Brasil"*, Op. Cit...

não seriam, nem tampouco funcionariam da mesma maneira em todos os lugares do Brasil, apresentando variáveis significativas[11].

Sílvia Brügger não nega o patriarcalismo, porém considera o termo familismo mais apropriado, tendo em vista que as pessoas se viam muito mais como membros de uma determinada família do que como indivíduos. A autora, após analisar exemplos de famílias mineiras, como a de Tomé Portes del Rei, em que os negócios e influências giravam em torno dos membros familiares, afirma que a família em Minas Gerais foi também o agente por excelência da colonização, o que torna pertinente, segunda a mesma, atribuir à sociedade das Gerais o seu caráter patriarcal. A autora analisa em sua obra as relações de compadrio a partir de parentescos rituais, assim como de alianças sociais. Para ela, no ato do apadrinhamento estabeleciam-se vínculos espirituais entre os envolvidos como também se criavam ou reforçavam-se relações sociais entre as famílias, constituindo-se estratégias de alianças. O padrinho daria proteção, cuidado e reconhecimento ao afilhado em troca de trabalhos, préstimos e fidelidade por parte deste. Segundo Brügger, este envolvimento na se restringia somente aos padrinhos e afilhados, mas também a toda a família dos envolvidos[12].

4. Metodologia

A pesquisa visou trabalhar com relações de poder e redes de sociabilidade tendo como base de análise as alianças de compadrio de Luís Alves Magalhães, Francisco de Paula Almeida Magalhães e Martiniano Severo de Barros.

Para tal, foram analisados os registros de batismos, presentes na documentação paroquial de São João del Rei, indexados em banco de dados feitos e disponibilizados pela professora Sílvia Maria Jardim Brügger. Estes registros pertencem à Matriz de Nossa Senhora do Pilar e são referentes ao período de 1736 a 1850, num total de 45.433. No banco de dados destes batismos, Brügger organizou as informações com dados acerca do nome dos batizandos, e de seus respectivos pais, a data dos batizados, o nome dos padrinhos etc.

Também foram analisados os testamento e inventários dos pais e padrinhos envolvidos nestas redes de sociabilidade e poder. Neles foram checados os dados

[11] CORREA, Mariza. "*Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo da organização familiar no Brasil)" In* ALMEIDA, Maria Sueli Kofes *et alii. "Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil"*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.
[12] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. "*Minas Patriarcal – família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX).* UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).

referentes à profissão do indivíduo em questão, a posse de seus bens materiais, que iam desde utensílios doméstico até as fazendas e casas. O Número de escravos também era analisado, uma vez que ter a posse deles era indicativo de poderio econômico e prestígio social. Por fim se verificava a existência, ou não, de dívidas ativas e passivas. Esta documentação cível encontra-se disponível no banco de dados "Fontes cíveis e criminais do acervo do Museu Regional de São João del Rei". Os inventários disponibilizados no Museu Regional totalizam um número de 9153, datados do período de 1715 a 1938. Já os inventários totalizam 2745 registros, periodizados de 1730 a 1938. Todas estas bases estão disponibilizadas, por meio eletrônico, no site www.acervos.ufsj.edu.br, projeto financiado pela FAPEMIG sob coordenação do professor Ivan de Andrade Vellasco.

As Efemérides de São João del Rei, de autoria de Sebastião de Oliveira Cintra, também foram utilizadas como fonte de pesquisa para este trabalho. Nelas se encontram dados referentes aos principais fatos e acontecimentos ocorridos na Comarca. Desta maneira, procurou-se encontrar os nomes dos indivíduos que participaram destes importantes acontecimentos e verificar se entre eles havia algum que fizesse parte das redes de clientela pesquisadas, para recolhimento de dados que diz respeito a eles.

Enfim, cruzando os dados coletados nesta diferentes bases foi permitido mapear as alianças de compadrio e redes de clientela dos três grandes padrinhos analisados, verificando as relações intre-elite existentes nelas.

5. Análise e resultados alcançados

Antes de analisar as redes de sociabilidade e poder envolvendo os três grandes padrinhos estudados – Luís Alves Magalhães, Francisco de Paula Almeida Magalhães e Martiniano Severo de Barros -, é importante salientar alguns pontos.

Para muitos dos indivíduos que integravam as redes de aliança desenhadas pelo banco de batismos não encontrou-se qualquer documentação que possibilitasse avançar a pesquisa. Não forma encontradas informações nas efemérides de São João del Rei, tampouco tinham disponíveis no Museu Regional os seus inventários ou testamentos. As únicas informações que dispúnhamos a respeito destes indivíduos eram seus nomes nos bancos de batismos e/ou casamentos, construídos e disponibilizados pela professora Sílvia Brügger. Portanto, não foi possível esclarecer quais eram suas reais condições

sócio-econômicas. Em muitos casos, não encontrou-se menção seja da profissão, cargo ou ocupação, nem qualquer outra referência que possibilitasse a localização social desses indivíduos[13].

Muitos trabalhos de autores que já pesquisaram a respeito dos mesmos indivíduos que nos serviram como base de análise. Sílvia Brügger[14], Afonso de Alencastro[15] e Ivan Vellasco[16] foram alguns deles. Estes auxílios referenciais foram de muita valia, enriquecendo muito a pesquisa.

Como exemplo do que foi dito, temos os casos de Batista Caetano de Almeida e do próprio Martiniano Severo de Barros. Os seus respectivos inventários e testamentos não se encontram disponíveis no Museu Regional, tendo as informações obtidas a partir de fontes como as Efemérides e os bancos de dados de batismo e casamento. As obras dos autores citados também serviram de apoio.

Luís Alves Magalhães Como Padrinho

Como dito anteriormente, Luís Alves Magalhães batizou 87 afilhados. A análise de suas redes de compadrio demonstrou que, em alguns casos, as alianças oriundas destes apadrinhamentos eram intre-elite.

Dentre os compadres de Luís Alves encontramos ocupantes de cargos como Capitão, Tenente-Coronel, além de donos de fazenda e cirurgião-mor. Contudo, diante do elevado número de alianças seladas por estes compadrios, o total de indivíduos que parecem figurar nos níveis sócio-econômicos mais elevados, assim como o de Luís Alves Magalhães, é pequeno. Dessa maneira, na maioria dos casos, as redes compadrio e clientela se caracterizavam por alianças do tipo "para cima", em que os padrinhos dos afilhados apresentam condições sócio-econômicas superiores às dos pais, sobretudo, das mães. [17]

Dos 87 batizados havia 6 crianças de condição escrava. São elas: Luís, de legitimidade natural, filho de uma escrava chamada Rita; Marcelina, também natural,

---

[13] Pode até ser que estas documentações tenham se perdido, ou quem sabe até mesmo nunca tenham existido, contudo, não pode se descartar a possibilidade de estarem em posse de algumas pessoas que as guardam consigo.

[14] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. "*Minas Patriarcal – família e sociedade (São João del Rei, séculos XVIII e XIX).* UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado)

[15] GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "*A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888).* São Paulo: Annablume: 2002

[16] VELLASCO, Ivan de Andrade. "As *Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX".* Coleção História, EDUSC, 2004.

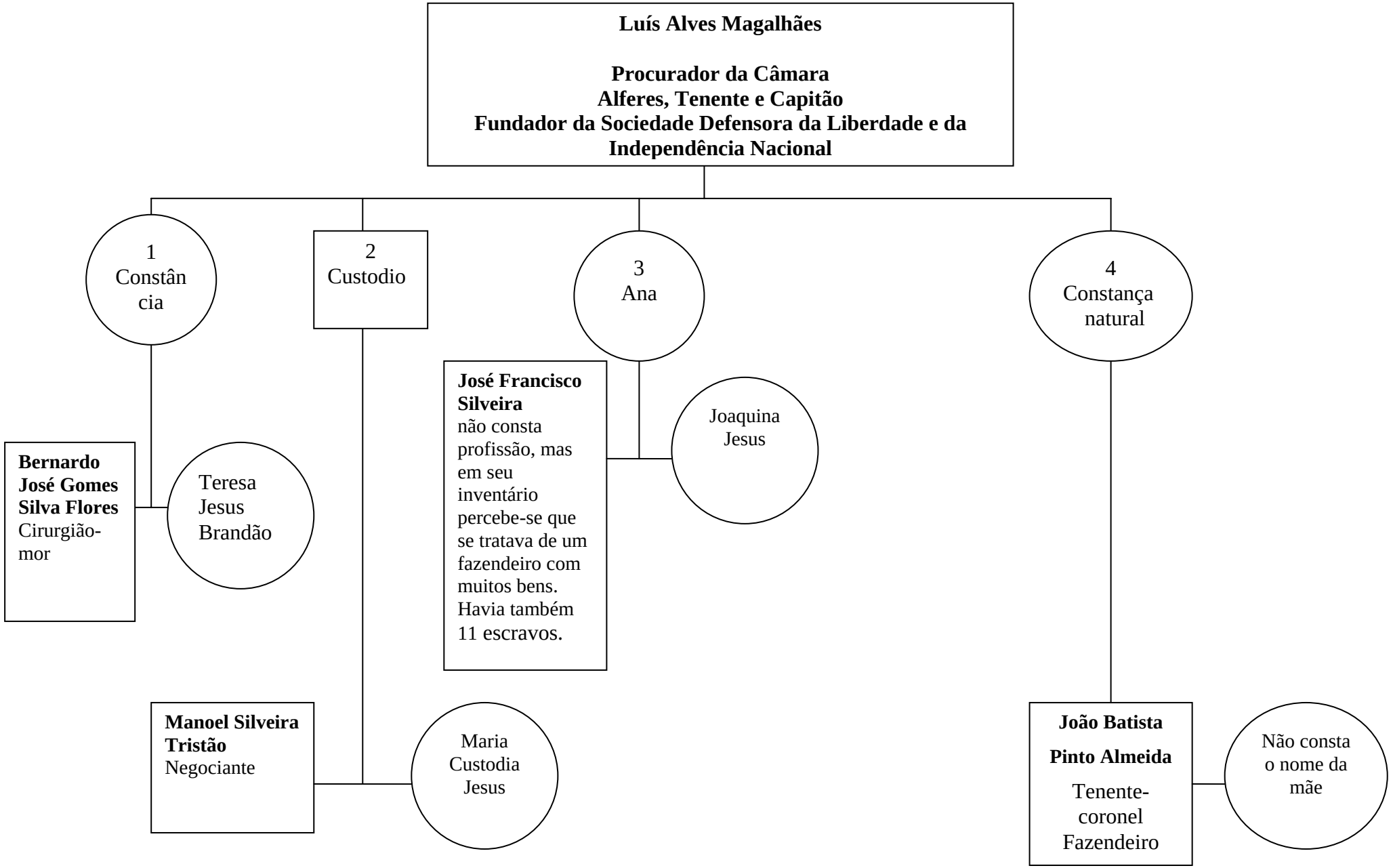
[17] BRÜGGER, Op. Cit.

filha de Rita, também escrava. Eduardo, natural, filho Maria Carmem; Mariano, legítimo, filho de Matias e de Simplícia; Isidoro, filho de Maria; Serafina, também natural, filha de Rosana. Dentre os batizandos também havia uma forra, de nome Alexandrina, de legitimidade natural, filha de Ana.

Para além da condição dos filhos, verificamos as condições dos pais e como resultado tivemos: 5 pais forros e um escravo e 7 mães forras e 7 escravas. Tratava-se de Manoel Antônio Paixão, forro; Manoel Gonçalves Ribeiro, forro; José Gonçalves Santana, forro; Miguel Arcanjo Sacramento, forro; Joaquim Francisco Conceição, forro; Matias, escravo. As mães forras e escravas eram Joana Maria Rodrigues, forra; Joaquina Pires Seguradora, forra; Romana Souza, forra; Isabel Mendes Jesus, forra; Policena Maria Carmo, forra; Antônia Felisberta, forra; Sabina Alves Silva, forra; Simplícia, escrava; Ana, escrava; Rita, escrava; Miquelina, escrava; Rita, escrava; Rosana, escrava; Rita Cândida, escrava. Observou-se que, alguns destes cativos eram pais dos filhos de condição escrava envolvidos nos apadrinhamentos.

Diante destes elementos pode-se concluir que apesar de as redes de sociabilidade e poder de Luís Alves Magalhães serem numerosas e conterem indivíduos integrantes da elite sãojoanense, o número de escravos e forros que as integram é elevado.

No quadro abaixo foram selecionados 4 casos entre as relações de compadrio do padrinho em questão. Observemos:


Luís Alves Magalhães
Procurador da Câmara
Alferes, Tenente e Capitão
Fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional
1 Constância
2 Custodio
3 Ana
4 Constança natural
Bernardo José Gomes Silva Flores
Cirurgião-mor
Teresa Jesus Brandão
José Francisco Silveira
não consta profissão, mas em seu inventário percebe-se que se tratava de um fazendeiro com muitos bens. Havia também 11 escravos.
Joaquina Jesus
Manoel Silveira Tristão
Negociante
Maria Custodia Jesus
João Batista Pinto Almeida
Tenente-coronel Fazendeiro
Não consta o nome da mãe

No caso 1 tem-se como afilhada de Luís Alves Magalhães a menina Luisa, filha do casal Bernardo José Gomes Silva Flores, cirurgião-mor, e Teresa Jesus Brandão. Pela análise de seu inventário, datado em 1879, tendo como inventariante sua esposa, Teresa de Jesus Brandão Flores, pudemos concluir que não se tratava de uma pessoa abastada economicamente. Seu monte-mor era de aproximadamente 3 contos de réis e 600 mil, sendo pequeno se comparados com o monte de pessoas importantes da sociedade local.

No caso 2 observa-se a relação de Luís Alves com seu compadre Manoel Silveira Tristão. Tristão era casado com Maria Custódia Jesus e ambos pais do menino Custódio. Seu nome não aparece nas Efemérides e não se encontrou seu inventário nem testamento. O único dado relevante obtido que pudesse indicar suas condições sócio-econômicas foi a respeito de sua profissão, negociante. Provavelmente se tratava de uma família sem muito destaque social.

Já na terceira relação, o compadre de Luís Alves é José Francisco Silveira, casado com Joaquina Maria Jesus e pai de Ana. Não se tem definida a sua profissão, porém há indícios de que se tratava de um fazendeiro. Em seu inventário, de 1862, no qual a inventariante era sua própria esposa, Joaquina Maria de Jesus. Nele consta a posse de vários gados bovinos, cavalos e terras. Para além disso, ele tinha um total de 11 escravos, na média de preço de 1 conto e meio de réis cada um. O montante apresentado no inventário é de pouco mais de 68 contos e meio de réis, o que demonstra um poderio econômico relevante para os padrões sãojoanenses.

No caso 04, da batizanda Constança, filha natural, o pai era João Batista Pinto de Almeida, que por coincidência, também era compadre de Francisco de Paula Almeida Magalhães, um dos grandes padrinhos analisados nesta pesquisa. Por se tratar de uma criança natural, não consta o nome da mãe nos registros de batismo. João Batista foi tenente-coronel, tendo tomado posse em 1823, na Câmara Municipal, como Tenente do primeiro Batalhão de Guardas Nacionais do Município. Também foi comerciante, em sociedade com seus irmãos Francisco de Paula e Aureliano de Almeida Magalhães, tendo estabelecimentos em São João del Rei e em São Paulo. Para além disso, os dois compadres fundaram a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, em outubro de 1831[18]. O seu inventário, datado do ano de 1837, no qual sua inventariante foi sua própria esposa, Luiza Maria de Noronha, seu segundo matrimônio,

[18] CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei.* 2ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982.

aparece a descrição de vários bens, que variam desde móveis de casa – berço, tamborete de piano, guarda-roupas, catres e outros – até fardas da Guarda Nacional. Ele não possuía muitos escravos, somando um total de apenas quatro, mas em compensação, o número de dívidas ativas e passivas descritas no inventário é grande, o que demonstra relevância econômica. Seu montante era de aproximadamente 70 contos de réis, o valor mais alto de todos os compadres de Luis Alves analisados. E muito interessante se observar que Martiniano Severo de Barros, um dos três "grandes" padrinhos pesquisados neste trabalho, aparece como tutor dos filhos órfãos naturais de João Batista Pinto de Almeida – o que significa filhos que não são legítimos -, representando as fortes ligações entre ambos.

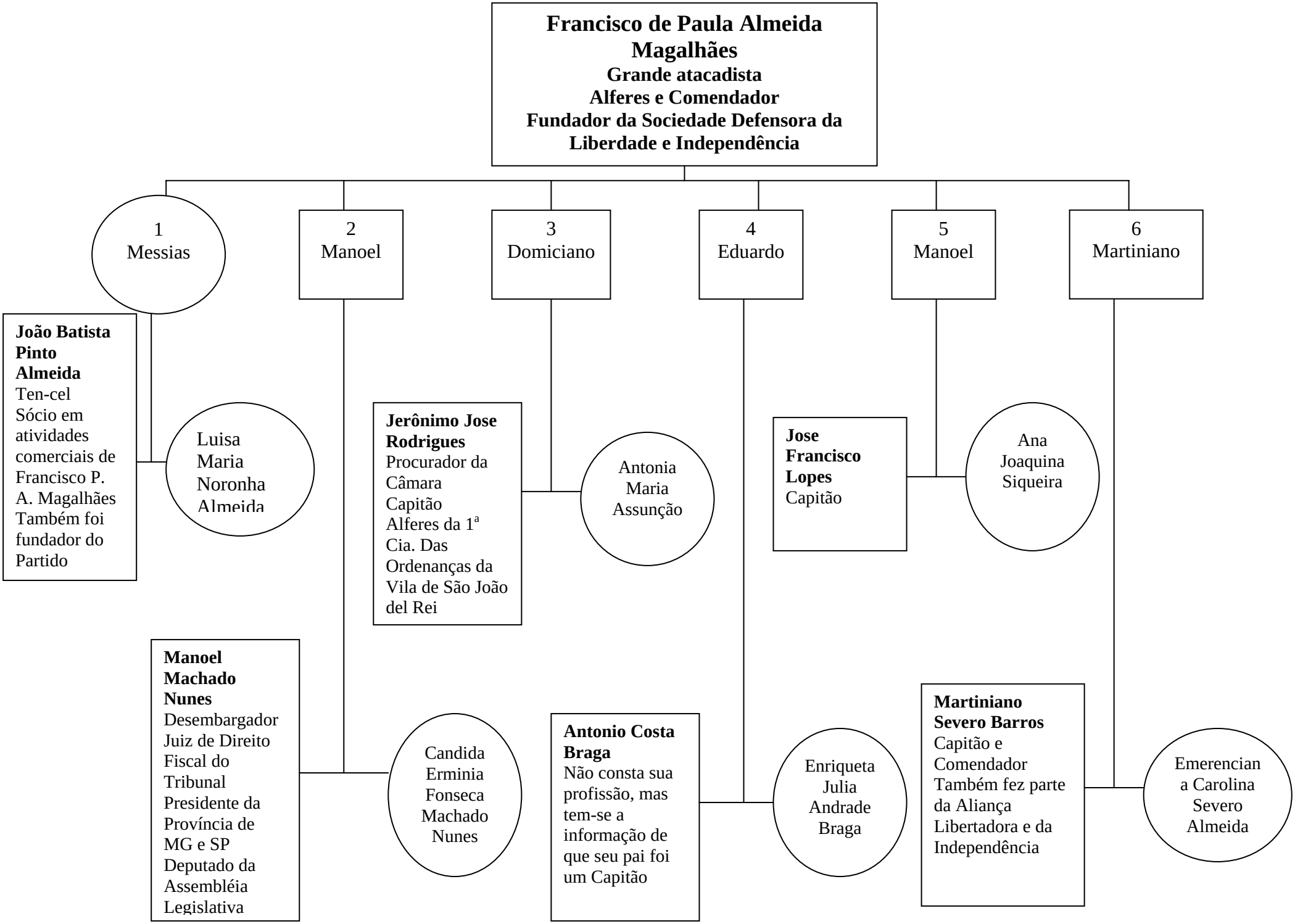
Francisco de Paula Almeida Magalhães

Membro de uma família de grande relevância política na região, Francisco de Paula Almeida Magalhães era uma pessoa de grande destaque social em São João del Rei. Para além de grande poderio político, ocupando os cargos de Alferes e Comendador, ainda era um abastado comerciante, dono de um comércio bastante variado.

Francisco de Paula apadrinhou 41 crianças, sendo que apenas uma delas era escrava, de nome Francisco, filho de José Antônio Silveira e de Teresa Maria Espírito Santo, ambos pardos, residentes na freguesia de São João del Rei. Entre os afilhados analisados também havia um filho de escrava - Pedro, filho de Maria Cândida, cuja proprietária era Ana Inácia, filha de um capitão chamado Antônio. No total dos apadrinhamentos de Francisco de Paula ainda aparecem quatro crianças filhas de libertas.

Diante deste pequeno número de batismos envolvendo cativos e libertos, pudemos sugerir que se tratava de uma possível rede em que a maioria dos componentes fosse pertencente à elite sãojoanense. Bastava agora analisar o perfil destes para certificar suas condições sócio-econômicas, em especial os pais das crianças. Foi necessário verificar se seus nomes apareciam nas Efemérides, fornecendo algum dado sobre atividades e atuações exercidas por eles em São João del Rei, além de consultar, quando possível, seus inventários e testamentos para análise de seus bens materiais e de suas condições sociais.

De todos os 41 apadrinhamentos em que Francisco de Paula foi o padrinho, foram selecionados seis casos como bases referenciais para análise de sua rede de sociabilidade e poder. Vejamos o quadro abaixo:


Francisco de Paula Almeida Magalhães
Grande atacadista
Alferes e Comendador
Fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência
1 Messias
2 Manoel
3 Domiciano
4 Eduardo
5 Manoel
6 Martiniano
João Batista Pinto Almeida
Ten-cel
Sócio em atividades comerciais de Francisco P. A. Magalhães
Também foi fundador do Partido
Luisa Maria Noronha Almeida
Jerônimo Jose Rodrigues
Procurador da Câmara
Capitão
Alferes da 1ª Cia. Das Ordenanças da Vila de São João del Rei
Antonia Maria Assunção
Jose Francisco Lopes
Capitão
Ana Joaquina Siqueira
Manoel Machado Nunes
Desembargador
Juiz de Direito Fiscal do Tribunal
Presidente da Província de MG e SP
Deputado da Assembléia Legislativa
Candida Erminia Fonseca Machado Nunes
Antonio Costa Braga
Não consta sua profissão, mas tem-se a informação de que seu pai foi um Capitão
Enriqueta Julia Andrade Braga
Martiniano Severo Barros
Capitão e Comendador
Também fez parte da Aliança Libertadora e da Independência
Emerencian a Carolina Severo Almeida

No caso 1 tem-se como afilhada de Francisco de Paula Almeida Magalhães a menina Messias, filha de João Batista Pinto de Almeida e de Luiza Maria Noronha de Almeida. Os dois compadres eram irmãos. Todos os dados a seu respeito, indicando sua relevância na sociedade local já foram descritas anteriormente (caso 4 no quadro de relações de Luís Alves), uma vez que João Batista Pinto de Almeida também era compadre de Luís Alves Magalhães. Diante de todos os dados apresentados acerca das relações envolvendo os irmãos e compadres, Francisco de Paula e João Batista, podemos concluir uma forte aliança ente os dois, com ambos possuindo poder econômico e prestígio social, pertencentes à elite sãojoanense.

O caso 2 também apresenta relações entre compadres de grande importância sócio-econômica. O pai do menino Manoel, Manoel Machado Nunes, casado com Cândida Ermínia Fonseca Machado Nunes, nasceu em 1789. Formou-se na Universidade de Coimbra. Em 1828 foi nomeado Juiz de Fora de Sabará, cargo que passou a exercer em São João del Rei a partir de setembro de 1832. Em 1833 exerceu o cargo de Juiz de Direito, tendo sido o primeiro a ocupar o cargo na Comarca, ficando até 1839. A partir deste ano foi escolhido Desembargador da Relação do Maranhão, e logo depois da Relação do Rio de Janeiro. Já em 1850, foi Fiscal do Tribunal de Comércio da Corte. E em 1861 o designaram Ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Para além de todos estes cargos, Manoel Machado Nunes também fora Deputado da Assembléia Legislativa de Minas e ocupou por curtos períodos a presidência das Províncias de São Paulo e de Minas Gerais. Não se encontra disponível no Museu Regional o seu inventário nem seu testamento, porém já se pode supor que se trata de um indivíduo de alto poder aquisitivo, além de grande poder político e prestígio social. Tanto que, segundo dados retirados das Efemérides de São João del Rei, Manoel Machado Nunes foi distinguido com elevados títulos honoríficos.

No caso 3 temos Domiciano, filho de Jerônimo José Rodrigues e de Antonia Maria Assunção. Este compadre de Francisco de Paula Almeida Magalhães também pertencia à elite sanjoanense. Ocupou os cargos de Vereador e Procurador da Câmara, assim como possuia a patente de Alferes e de Capitão da 1ª Companhia da Vila de São João del Rei. Não se encontram disponíveis seu inventário e testamento, mas os dados que obtemos a seu respeito já são suficientes para supor que se trata de um indivíduo de poder político e prestígio social.

Os casos 4 e 5 os dados de que dispomos não evidenciam que os pais de Eduardo e Manoel, Antônio Costa Braga e Enriqueta Julia Andrade Braga, e José Francisco Lopes e Ana Joaquina Siqueira, respectivamente, tenham tido a mesma relevância social dos demais. No que diz respeito a Antônio Costa Braga, não foram encontrados seu inventário nem seu testamento. As informações que tivemos foram referentes à sua esposa, a professora Henriqueta Júlia Braga, que dirigia um colégio só para meninas – Colégio Braga -, fundado em 1861 e a seu pai, um Capitão que também se chamava Antônio Costa Braga[19]. Já no caso do pai de Manoel, o Capitão José Francisco Lopes, tem-se a partir dos bancos de batismos a sua profissão, mas nada além disso. Foram consultados dois inventários pertencentes a José Francisco Lopes, mas não conferem os nomes das esposas, nem dos filhos lá descritos, levando a concluir que se travava de homônimos. Tanto para Antônio Costa Braga como para José Francisco existem indícios de que faziam parte de uma camada social privilegiada, ainda que não ocupassem cargos de tamanha relevância como de seus compadres Francisco de Paula Almeida Magalhães.

O último dos compadres pertencentes a esse quadro, componente da sexta relação analisada, é o Comendador Martiniano Severo de Barros, um dos "grandes" padrinhos cujas as redes de sociabilidade e de poder são analisadas adiante. Martiniano era casado com Emerenciana Carolina Severo de Almeida, e o filho do casal apadrinhado por Francisco de Paula se chamava Martiniano, assim como o pai. Não dispomos de seu inventário nem de seu testamento, mas pelos dados das Efemérides e dos bancos de batismo e de casamento, além de informações retiradas de obras de autores que já pesquisaram a seu respeito, como Vellasco e Brügger, sabemos que Martiniano já exerceu os cargos de vereador e presidente da Câmara de São João del Rei, como também foi Coronel e Comendador. Para além disso, Martiniano ocupou os cargos de Juiz de Fora e o Juizado de Paz. Assim como o seu compadre Francisco de Paula, Martiniano também integrou a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência, na qual somente os "homens bons" da Vila ingressavam.

[19] CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei*. 2ed. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982.

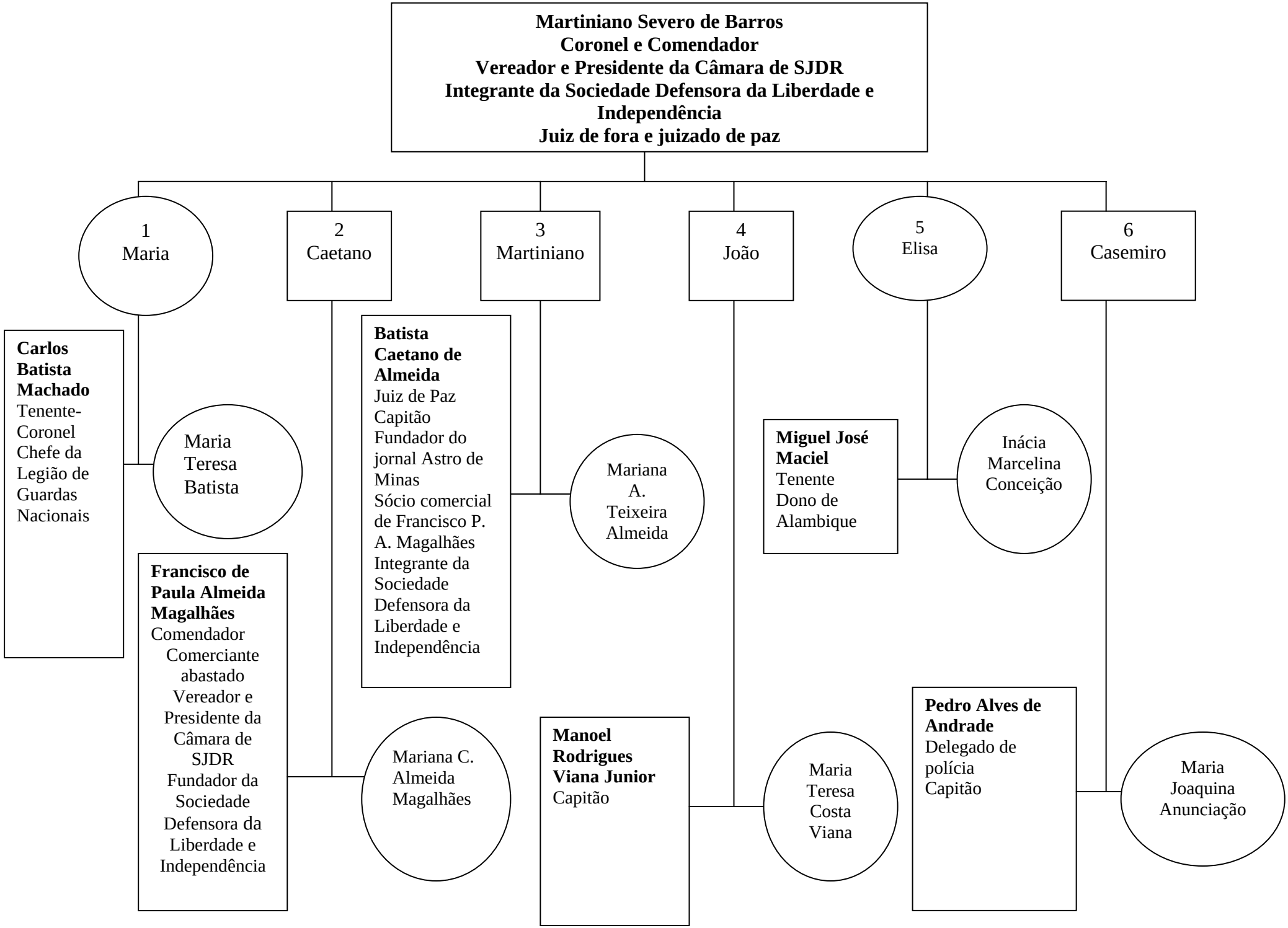
Martiniano Severo de Barros

O Comendador Martiniano Severo de Barros, que também já ocupou os cargos de vereador, presidente da Câmara e Coronel apadrinhou 48 crianças. Para além, exerceu o cargo de juiz de fora e o juizado de Paz em São João. Assim como os dois primos da família Magalhães, Luís Alves e Francisco de Paula, Martiniano Severo de Barros também fez parte da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, tendo a ela se aliado uma semana após a sua fundação, em 09 de outubro de 1831.

Dentre os envolvidos nos apadrinhamentos, havia uma criança na condição de escrava, chamada Teresa, filha de uma escrava chamada Antonia. Também havias duas crianças cujas mães eram forras. São elas, Antonio, filho de Venância Flausina Jesus; e Marcelina, filha de Ponciana Maria Azevedo Cotrim. Ambos eram de legitimidade natural, ou seja, não são filhas de pais e mães legitimamente casados. Portanto, o nome de seus pais não aparecem em seus registros de batismos. Muitas vezes são os próprios padrinhos que fazem o papel de pai destas crianças.

Diante destes dados, notou-se que a teia na qual Martiniano Severo de Barros aparece como padrinho não apresenta muitos cativos ou forros. A predominância de relações foi entre livres, e o que se procurou analisar era se estes brancos envolvidos nos compadrios eram de fato integrantes da elite de São João del Rei.

Observem o quadro abaixo:


Martiniano Severo de Barros
Coronel e Comendador
Vereador e Presidente da Câmara de SJDR
Integrante da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência
Juiz de fora e juizado de paz
1 Maria
2 Caetano
3 Martiniano
4 João
5 Elisa
6 Casemiro
Carlos Batista Machado
Tenente-Coronel
Chefe da Legião de Guardas Nacionais
Maria Teresa Batista
Batista Caetano de Almeida
Juiz de Paz
Capitão
Fundador do jornal Astro de Minas
Sócio comercial de Francisco P. A. Magalhães
Integrante da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência
Mariana A. Teixeira Almeida
Miguel José Maciel
Tenente
Dono de Alambique
Inácia Marcelina Conceição
Francisco de Paula Almeida Magalhães
Comendador
Comerciante abastado
Vereador e Presidente da Câmara de SJDR
Fundador da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência
Mariana C. Almeida Magalhães
Manoel Rodrigues Viana Junior
Capitão
Maria Teresa Costa Viana
Pedro Alves de Andrade
Delegado de polícia
Capitão
Maria Joaquina Anunciação

Foram escolhidas 06 relações para que pudéssemos representar as teias de compadrio e redes de clientela em que Martiniano Severo de Barros figurasse como padrinho. E analisando-as podemos perceber que parte dos compadres de Martiniano Severo de Barros ocupavam altos cargos na sociedade sãojoanense, tendo entre eles Tenente-coronel, que também era chefe da Legião das Guardas Nacionais; Comendador; comerciante abastado; Juiz de paz; Capitão e delegado de polícia; e outros. Vejamos:

No caso 01 temos como compadre de Martiniano Severo de Barros o Tenente-Coronel e chefe da Legião das Guardas Nacionais, Carlos Batista Machado. Ele também exerceu o cargo de Juiz Municipal do Termo de São João del Rei. Era casado com Maria Teresa Batista, e ambos pais de Maria, a afilhada do padrinho em questão. Carlos B. Machado era filho do Comendador português João Batista Machado. Além de Carlos ter ocupado cargos importantes, em seu inventário, datado de 1854, pôde-se verificar a posse de vários bens, castiçais, relógios, objetos de prata e de ouro, paliteiros, entre muitos outros. Ainda encontramos listados dois pianos, um de mesa, no valor de 150 mil réis e outro de armário, valorizado em 300 mil réis. O fato de este compadre ter dois pianos em casa nos foi de muito interesse, uma vez que possuir piano em casa era indicativo de relevância social na época. Não era muito comum possuir um piano, tanto que de todos os inventários e testamentos analisados, não se encontrou a posse de pianos nos bens inventariados ou relatados. Também constava nos documentos analisados que Carlos B. Machado possuía um elevado número de escravos, num total de 25, avaliados em média de 800mil réis a 1 conto de réu. Esta média é relativamente alta se compararmos aos preços de escravos normalmente inventariados em São João del Rei. Todos estes indicativos nos levaram à conclusão de que Carlos Batista Machado pertencia à elite são joanense e que seu poderio político, econômico e social era relevante.

No segundo caso temos o compadre Francisco de Paula Almeida Magalhães. O interessante é que assim como Martiniano Severo de Barros é padrinho do filho de Francisco de Paula, a recíproca é verdadeira, tendo Francisco de Paula apadrinhando o filho de Martiniano de Barros. São compadres duplamente, o que reforça a aliança entre ambos. FRancisco era casado com Mariana C. Almeida Magalhães e o filho deles apadrinhado por Martiniano era Caetano.

No caso 03 tem-se como pai do afilhado de Martiniano Severo de Barros uma figura de grande destaque em São João del Rei, o Juiz Batista Caetano de Almeida. Ele

era casado com Mariana A. Teixeira Almeida, e, o filho do casal se chamava exatamente como o padrinho, Martiniano. Batista Caetano de Almeida foi Vereador, Deputado, Juiz de Paz e Capitão. Fundou o jornal "Astro de Minas". Tinha sociedade em atividades comerciais com seu primo, o Comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães, dissolvida em 1828. Também já foi sócio do seu compadre Martiniano Severo de Barros. Integrou, assim como os dois últimos citados, a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência. Comprou, em 1828, da Irmandade da Boa Morte, terrenos que foram doados à Câmara Municipal para a construção do edifício da Prefeitura Municipal de São João del Rei. Foi ele também que enviou um pedido para a construção de uma biblioteca pública, na qual ele seria o doador de 800 volumes. Para além disso, foi Batista Caetano que doou o terreno para a construção do prédio da nova cadeia sãojoanense. Enfim, o que pudemos constatar é que este compadre de Martiniano Severo de Barros foi uma figura ilustre na sociedade de São João del Rei.

O caso 04 tem-se o pai de João, Manoel Rodrigues Viana Junior, casado com Maria Teresa Costa Viana. Todas as informações de que dispomos são referentes a seu pai, o Capitão Manoel Rodrigues Viana, integrante da Câmara da Vila de São João del Rei. Apesar de indicar que seu pai possuísse relevância na sociedade são joanense, Ao analisar seu inventário pudemos verificar não tinha posse de muitos bens materiais, nem tampouco de muitos escravos, somando o número de apenas dois.

Na quinta relação do quadro temos a filha do casal Miguel José Maciel e de Inácia Marcelina Conceição, Elisa. O pai da menina era Tenente. Pelo seu inventário, de 1873, em que sua inventariante era sua segunda esposa, Rita Francisca de Noronha Maciel, verificou-se também que se tratava de um dono de alambique. Pelos bens inventariados era possível perceber que Miguel Maciel produzia cachaça. Era dono de dois escravos somente, e sua esposa era proprietária de uma outra escrava. Apesar de não possuir aparente destaque social como, por exemplo Batista Caetano de Almeida, o Tentente Miguel Maciel tinha um certo prestígio perante à sociedade.

No caso 06 verificamos um compadre que foi Delegado de polícia e Capitão. Pedro Alves de Andrade, casado com Maria Joaquina Anunciação, tinha como filho apadrinhado por Martiniano Severo de Barros o menino Casemiro. Em seu inventário não verificamos um poderio econômico muito relevante, inclusive só havia uma escrava, ainda por cima doente. Porém os cargos ocupados por Pedro Alves eram designativos de prestígio social e poderio político.

6. Considerações Finais

Diante do proposto no presente trabalho, após as análises da pesquisa, pode-se concluir que eram comum alianças intre-elite em São João del Rei. Muitos dos pais das crianças envolvidas nos batismos estudados apresentavam elevadas condições financeiras e grande prestígio social. Vários deles ocupavam altos cargos - Comendador, Tentente-coronel, Capitão, Juiz, Delegado, Deputado, Presidente de Província -, assim como havia grandes fazendeiros e comerciantes abastados.

É interessante observar que há, entre os batizados analisados, relações de compadrio mútuas, como por exemplo com Martiniano Severo de Barros e Francisco de Paula Almeida Magalhães, demonstrando alianças ainda mais fortes entre ambos.

Nota-se que as redes não se formavam nem se manifestavam de uma única maneira, sendo alguns padrinhos envolvidos em alianças mais poderosas, de maior prestígio sócio-econômico do que outros. A exemplo disso, temos os casos de Martiniano Severo de Barros e de Francisco de Paula Almeida Magalhães. Estes dois estavam envolvidos em relações de compadrio com pessoas bem mais influentes do que Luís Alves Magalhães, apesar deste último ter um número de afilhados bem superior.

Assim, percebe-se que as redes de sociabilidade e poder eram de fato presentes e comuns na sociedade sãojoanense.

7. Fontes Manuscritas

Arquivos Paroquiais da Matriz de Nossa Senhora do Pilar – São João del Rei
Registros de batizado

Museu Regional de São João del Rei
Inventários – século XIX
Testamentos– século XIX

8. Referências Bibliográficas

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. "A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais – São João del Rei (1831-1888)". São Paulo: Annablume: 2002

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – família e sociedade (São João del Rei, séculos XVII e XIX). UFF, Niterói, 2002 (tese de doutorado).

CARVALHO, José Murilo de. *"Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual" in* Dados, Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.

CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João del Rei.* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1982; Segunda edição, revista e aumentada.

CORRÊA, Mariza. *"Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo da organização familiar no Brasil)", in* ALMEIDA, Maria Sueli Kofes *et alii.* Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

FILHO, George Avelino. *"As Raízes de 'Raízes do Brasil'"*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1987.

FILHO, George Avelino. *"Cordialidade e civilidade em 'Raízes do Brasil'"*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1987.

FREYRE, Gilberto. *"Casa-grande e senzala"*. São Paulo, Ed. Global (49ª edição), 2004.

FREYRE, Gilberto. *"Sobrados e Mucambos"*. São Paulo, Ed. Global (24ª edição), 2003.

HESPANHA, Antônio Manoel & XAVIER, Ângela Barreto. *"As redes Clientelares", in* MATTOSO, José (ORG.). *História de Portugal.* Lisboa. Editorial Estampa, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *"Raízes do Brasil"*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1987.

KUZNESOF, Elizabeth A. "*A família na sociedade brasileira: parentesco, clientelismo e estrutura social (São Paulo, 1700-1980)*". In: Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 17:37-64, set.88/fev.89.

LEAL, Victor Nunes. *"Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil, 1808 – 1842"*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

OLIVEIRA VIANA. *"Populações meridionais do Brasil"*. *In* SANTIAGO, Silviano, *"Intérpretes do Brasil"*; Segunda edição, Rio de Janeiro, 2002.
VELLASCO, Ivan de Andrade. Projeto de Pesquisa: *"Clientelismo e Estado no Oitocentos: uma investigação sobre as redes clientelistas e sua atuação no espaço público"*.

VELLASCO, Ivan de Andrade. "As *Seduções da Ordem: violência, criminalidade e administração da justiça: Minas Gerais – século XIX"*. Coleção História, EDUSC, 2004.